

ANGOLA SOB O DOMÍNIO PORTUGUÊS. MITO E REALIDADE,  
SEGUNDO GERALD J. BENDER

Neste livro, editado em 1978, a partir do texto da sua tese de doutoramento, GERALD J. BENDER <sup>(1)</sup>, professor de Ciências Políticas da Universidade da Califórnia (San Diego) e antigo director (1971-1974) do Programa de Investigação Interdisciplinar sobre Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, do Centro de Estudos Africanos da UCLA — Universidade da Califórnia — Los Angeles, faz uma análise da presença dos portugueses em Angola e das suas relações com as populações locais. É uma obra de sociologia política, em que o Autor recorre a técnicas também usadas em Geografia Humana e em História, como o inquérito, a entrevista e a análise de numerosa documentação, de que resultou um trabalho muito bem organizado e que prende o leitor minimamente interessado nos problemas das regiões tropicais, e sobretudo da presença dos portugueses em África. São, na edição em inglês, 287 páginas repartidas por três partes («O luso-tropicalismo»; «O povoamento branco»; e «A dominação racial») e uma conclusão; intercalados no texto há 2 gráficos, 2 mapas e 21 quadros. Completa a obra uma bibliografia com 731 títulos e a indicação de 42 periódicos, além de um bem elaborado índice temático, que infelizmente não foi organizado para a edição em português que, com o título de *Angola sob o Domínio Português. Mito e Realidade*, foi publicada em 1980.

Na introdução, o Autor, depois de algumas considerações gerais sobre a presença de Portugal em África, e particularmente em Angola,

<sup>(1)</sup> GERALD J. BENDER, *Angola under the Portuguese. The Myth and the Reality*. Londres, 1978, 287 p. Tradução em português de Artur Motão, revista pelo Autor, *Angola sob o Domínio Português. Mito e Realidade*. Lisboa, Sá da Costa, 1980, 368 p. Nas citações, os números mencionados antes do ponto e vírgula correspondem às páginas na edição inglesa; os que vêm a seguir, às da edição em português.

apresenta o teor da obra, esclarecendo que (p. xxiv; 12) «o presente estudo de Angola sob o domínio português é um exame do papel do luso-tropicalismo na formulação da política e legislação relativas à interacção racial, aos objectivos desta política e à maneira como foi executada por portugueses locais, desde o tempo da chegada inicial à colónia, no final do século xv, até à independência de Angola, em 1975».

Profundamente marcado pela crise económica dos anos vinte, o Brasil tornou-se palco de uma importante transformação social, de que nos deram conta vários intelectuais. Deles se destacava o sociólogo GILBERTO FREYRE, promotor de um movimento modernista, em cujas ideias se moldou uma sócio-antropologia nova, que realçava o papel dos negros, considerados como elementos integrantes da sociedade brasileira. Discípulo, na Universidade de Colúmbia, de FRANZ BOAS, criador do morfologismo antropológico, que se opunha ao evolucionismo de C. DARWIN, GILBERTO FREYRE publicaria em 1933 a sua tese, *Casa Grande e Sanzala*, que se tornaria o exemplo da sociedade multirracial criada pelos portugueses. Nasceria o «Luso-Tropicalismo», doutrina baseada na «crença de que os contactos culturais variados e intensivos dos primeiros habitantes de Portugal originaram uma civilização singular capaz de existir em termos amistosos com todas as outras civilizações» (p. 9; 29).

Ao «Luso-Tropicalismo: Teoria e Prática Racial», G. BENDER dedica a primeira parte da sua obra. Aí começa por explicar aquela teoria e o seu aproveitamento pelo regime português saído do 28 de Maio, a partir da década de 50, em relação às colónias africanas e asiáticas, apoiando-se ainda noutras obras posteriores de G. FREYRE, *O Mundo que o Português Criou* e *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, livros em que o autor «universalizou, com convicção, o luso-tropicalismo». Nelas, os portugueses aparecem como colonizadores moralmente ímpares e principais responsáveis pela miscigenação, afirmando-os, exageradamente, «inventores do mulato». Mas, para G. BENDER, «o luso-tropicalismo não passou de uma justificação para a tentativa de Portugal manter a hegemonia em África», pelo que as suas asserções deverão ser examinadas «cuidadosamente à luz das realidades contemporâneas». E, a propósito disso, formula algumas questões: «Terá sido a formação da nação portuguesa tão específica que criou um tipo de colonizador diferente do do resto da Europa (...) Seria o tratamento dos negros, nas colónias portuguesas, conforme às doutrinas não raciais da ideologia luso-tropical?» (p. 9; 29). Citando vários exemplos de intolerância racial e religiosa no Portugal de antes dos descobrimentos, como as perseguições a Judeus, Mouros e Negros «frequentemente referenciadas nos documentos oficiais como raças infectas», recorda também o que mais tarde Azurara haveria de relatar acerca do comércio de escravos africanos, e refere exemplos das relações dos portugueses com os reinos africanos de Benin e do Congo, onde a aplicação das teorias luso-tropicalistas tem de ser posta em causa. Para o Autor, embora «possa ser verdade que as declarações e os estatutos de Lisboa acerca das relações com os africanos, no século xvi, eram mais igualitárias do

que as promulgadas em Londres, Paris, Amsterdão ou Bruxelas, o comportamento dos nacionais portugueses em contacto directo com os africanos não era notoriamente melhor e por vezes era mesmo pior, do que o dos elementos de outras nações colonizadoras europeias» (p. 18; 41). No capítulo sobre «A dinâmica da miscigenação», G. BENDER analisa o fenómeno da mestiçagem no Novo Mundo e em África, comparando-o com a miscigenação promovida pelos portugueses em Angola e no Brasil. Segundo o autor, «os Portugueses, carecendo de provas substanciais de harmonia inter-racial na Ásia e na África, procuraram validar as suas pretensões luso-tropicais de não-racismo por meio do exemplo do Brasil» (p. 19; 44). «O Brasil foi amplamente aclamado como um paradigma de assimilação racial e como o mais perfeito exemplo de democracia racial no mundo contemporâneo», facto que outros políticos portugueses aproveitaram como a «razão de estar de Portugal em África». «Presumiram que o factor chave da equação racial brasileira tinha sido a presença da cultura portuguesa e, além disso, que o *factor português* adquirira uma importância tão primordial que a experiência se repetiria inevitavelmente em Angola» (p. 22; 44). Ao comparar a fixação e evolução dos brancos em Angola e no Brasil põe em realce duas situações absolutamente diferenciadas: enquanto os primeiros colonos chegaram ao Brasil em 1530, por volta de 1549 já havia cerca de 3500 portugueses, número que até ao fim do século decuplicou (cerca de 35 000), em Angola, no ano de 1940 apenas existiam 44 083 brancos, muitíssimo longe dos 26 171 778 do Brasil (quadros I e II). «Para a imaginação popular em Portugal, o Brasil representava a proverbial *panela de ouro* na base do arco-íris, ao passo que Angola significava o sofrimento, ou até mesmo a morte, em consequência dos contra-ataques dos exércitos africanos ou da agrura dos elementos. Até ao século XIX, Angola de pouco mais serviu além de fornecer escravos negros para as plantações do Brasil; na verdade, Angola foi praticamente uma colónia do Brasil até ao momento em que o último proclamou a sua independência de Portugal, em 1822» (p. 22 e 23; 45 e 46), o que à partida torna logo diferentes as duas organizações sociais. Por isso, G. BENDER dedica uma boa parte do capítulo à composição de padrões portugueses de miscigenação nos grupos raciais do Brasil e Angola; das atitudes dos portugueses em relação aos mestiços, tendo também em conta as atitudes idênticas dos ingleses, franceses, espanhóis e holandeses nas Américas e na África. Para tal, utiliza como indicadores a natureza das sociedades não-brancas; os tipos de actividades económicas; a disponibilidade de trabalho de escravos, e de tempo livre e especializado; a disponibilidade de terra e de empregos; e a composição demográfica da produção, especialmente a percentagem de não-brancos, e a proporção entre mulheres brancas e homens brancos. Dessa análise conclui que os dois factores de base do luso-tropicalismo, a frequência da miscigenação e as posições que os mestiços historicamente fruíram nas colónias portuguesas, «são função de variáveis demográficas, independentes da nacionalidade dos colonizadores europeus, no Novo Mundo ou em África. Além disso, a desigualdade económica, social e política entre os brancos e os não-brancos no Brasil deve suscitar

## QUADRO I

Composição racial da população angolana  
(1777-1970)

Ano	Branços		Mestiços		Negros		Total	
	Número	%	Número	%	Números	%	Número	%
1777	1 581	—	4 043	—	—	—	—	—
1845	1 832	0,03	5 770	0,10	5 378 923	99,9	5 386 525	100
1900	9 198	0,20	3 112	0,06	4 777 636	99,7	4 789 946	100
1920	20 700	0,48	7 500	0,18	4 250 000	99,3	4 278 200	100
1940	44 083	1,20	28 035	0,75	3 665 829	98,1	3 738 010	100
1950	78 826	1,90	29 648	0,72	4 036 687	97,4	4 145 266	100
1960	172 529	3,60	53 392	1,10	4 604 362	95,3	4 830 449	100
1970	(290 000)	(5,10)	—	—	—	—	5 673 046	100

(p. 20; 47)

## QUADRO II

Composição racial da população brasileira  
(1818-1970)

Ano	Branços		Mestiços		Negros		Outros		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
1818	1 000 000	27	500 000	13	2 000 000	53	250 000	0,7	3 750 000	100
							(Índios)			
1872	3 787 239	38	4 188 737	42	1 954 543	20	—	—	9 930 569	100
1890	6 302 198	44	5 934 291	41	2 097 426	15	—	—	14 333 915	100
1940	26 171 778	63	8 744 365	21	6 035 869	15	242 320	0,6	41 194 332	100
							(Orientais)			
1950	32 027 661	62	13 786 742	27	5 692 657	11	329 082	0,6	51 836 142	100
							(Orientais)			
1970	—	—	—	—	—	—	—	—	92 237 570	100

(p. 21; 48)

sérias questões sobre se é desejável que os Angolanos tentem rivalizar com o modelo brasileiro das relações de raça, mesmo que tal seja possível. Na verdade, porém, a história, a ecologia, a economia, a demografia racial e o padrão de assimilação negra do Brasil estão tão distantes da realidade angolana que não vale a pena encarar a possibilidade da repetição da experiência racial brasileira em Angola» (p. 54; 90). G. BENDER inspirou-se certamente num texto de Agostinho Neto, que de resto cita, publicado na revista *Notícia*, de 29 de Junho de 1974, na qual se afirmava: «Nós não queremos ser um Brasil, como alguns dizem. Até porque nós não acreditamos muito nas soluções do problema social que se têm implantado no Brasil. No Brasil o negro é negro e o branco é branco. Nós não temos provas nenhuma de que no Brasil haja uma ascensão dos negros que foram de Angola, que estão na Baía e continuam lá a vender o seu doce de ginguba e outras especialidades da cozinha angolana, mas que não conseguem sair da favela. Isso não é solução. Temos que ter uma solução melhor».

A segunda parte, com o título «O Povoamento Branco», divide-se em dois capítulos: «Os degredados e o sistema de colonização penal» e «O povoamento branco dirigido na Angola rural — destruição de um sonho». Abre o capítulo um significativo extracto de QUIRINO AVELINO DE JESUS, retirado de *A Colonização Luso-Africana* (1885): «À medida que se ia tirando a nossa África da condição de mercado de escravos, transformámo-la num receptáculo para degredados. Da imigração livre não falamos, porque era diminutíssima e insignificante» (p. 57; 91), que constitui o preâmbulo de uma análise geral do papel dos degredados na história de Angola, Apoiando-se em numerosa documentação, G. BENDER considera que a «história dos portugueses em Angola, antes do século XX, é essencialmente a história dos criminosos exilados — degredados — que eram descarregados nas costas de Angola como lixo, já que assim eram considerados» (p. 57; 93); a maioria dos colonos portugueses era de exilados, a que se somavam religiosos, militares e agentes governamentais que ansiavam pelo fim da comissão de serviço e o regresso à metrópole. SILVA TELLES, em *A Transportação Penal e a Colonização*, Lisboa, 1903, indicava que, entre 1883 e 1898, entraram em Angola 4114 condenados (média de 257 degredados por ano), ou seja, cerca de dois terços de todos os brancos existentes na colónia. Eram marginais que no geral suscitavam pouca confiança, algum medo e sobretudo um forte desdém da parte das populações nativas. «Não é de espantar que os degredados despertassem tais reacções entre os africanos, porque os portugueses honestos de Angola também os temiam e desprezavam» (p. 94; 142). No entanto, serviam-se deles em diversas ocupações, até mesmo na defesa e no policiamento.

Como o povoamento utilizando pessoas condenadas a cumprir penas não tivesse produzido os efeitos desejados e Angola continuasse carente de brancos, várias foram as tentativas que, desde meados do século XIX até à independência, o Governo Português levou a cabo no sentido de

## QUADRO III

Distribuição ocupacional dos degredados em Angola  
(1902-1914)

1) Prestando trabalho assalariado ... ..	2 101
a) Nas indústrias (operários e artistas) ... ..	(707)
b) Na agricultura (trabalhadores e jornaleros) ... ..	(543)
c) Sem designação especial (trabalhadores) ... ..	(522)
d) No serviço doméstico (criados, serviços) ... ..	(180)
e) Na indústria marítima e na pesca ... ..	(94)
f) No comércio ... ..	(55)
2) Trabalhando livremente ... ..	347
a) Agricultores ... ..	(114)
b) Comerciantes ... ..	(97)
c) Proprietários ... ..	(68)
d) Serviços caseiros ... ..	(59)
e) Profissões liberais ... ..	(6)
f) Industriais ... ..	(3)
3) Prestando serviço ao Estado ou colectividades — exército ou marinha ... ..	101
4) Sem profissão ... ..	50
5) Empregados ... ..	32
6) Mendigos ... ..	6
7) Meretrizes ... ..	1
<i>Total</i> ... ..	2 638

(p. 88; 135)

aumentar o número de colonos no território<sup>(2)</sup>. O autor do trabalho que ora apresentamos enumera as diversas tentativas de povoamento que foram ensaiadas de 1900 a 1950 e posteriormente abandonadas. A partir dos anos 50 «Portugal buscava novos métodos para intensificar o povoamento agrícola branco», e nesse sentido foram criados dois grandes colonatos, o da Cela, no planalto central, e o da Matala (Capelongo), no vale do Rio Cunene. Mas, apesar das facilidades concedidas (na Cela,

(<sup>2</sup>) Acerca do povoamento branco de Angola o Autor cita com relativa frequência ILÍDIO DO AMARAL, *Aspectos do Povoamento Branco de Angola*, Lisboa, 1960, e CARLOS ALBERTO MEDEIROS, *A Colonização das Terras Altas da Huila (Angola) — Estudo de Geografia Humana*, Lisboa, 1976.

18 hectares de terra, casa, mobiliário, sementes, animais, alfaias agrícolas e subsídios mensais, entre os 1500 e os 4500 escudos), e dos trabalhos realizados, o facto é que a realidade dos dois colonatos nunca correspondeu às esperanças dos projectos. «Em vez dos milhares de famílias de colonos previstas, havia apenas algumas centenas (...) que viviam de facto na Cela e na Matala por volta de 1960 — cerca de 300 em cada colonato. A qualidade dos colonos que se estabeleceram nos dois colonatos era tão decepcionante como a exiguidade do seu número. A maior parte eram analfabetos e muitos nunca haviam sido agricultores. Por volta de 1960, 122 colonos tinham abandonado a Cela, quer por sua própria vontade quer por expulsão em consequência de transgressões que iam desde o alcoolismo e a recusa de trabalhar até ao roubo e mesmo à violação» (p. 105-106; 159-160).

Em consequência dos conflitos armados que eclodiram em 1961, o Governo Português, entre outras medidas, procurou rever a política dos colonatos. Destaca-se, por exemplo, a criação da J. P. P. (Junta Provincial de Povoamento de Angola) em 6 de Setembro de 1961, que ficou, a partir de então, responsável e coordenadora de todas as actividades de povoamento rural em Angola. Vários colonatos, como o da Cela, foram logo incorporados nessa nova instituição; outros, a pouco e pouco, tiveram a mesma sorte (fig. 1). Mas o aspecto mais interessante dos planos da J. P. P. foi o da preocupação da integração racial, que até aí fora evitada. Um factor importante contribuiu para a alteração da política racial ligada aos colonatos brancos. Foi a necessidade e urgência de instalar em Angola numerosa população cabo-verdiana retirada das ilhas numa altura de agravamento de crises que assolaram o arquipélago. Esses colonos eram mestiços e negros, *crioulos* cabo-verdianos. Assim, a ideia de que através deles a integração teria resultados rápidos e «se harmonizariam com a missão histórica sem paralelo de Portugal em África» (citado de um documento da J. P. P.). Porém, os colonatos foram um fiasco para o povoamento de Angola, já que os brancos, assim que podiam, preferiam as actividades do comércio (clandestino), de início no local e depois nas cidades próximas. Quanto aos cabo-verdianos, também a intenção falhou. «A experiência caboverdiana foi, a partir de quase todas as perspectivas, um desastre para o programa de desenvolvimento rural planificado. Desde a sua selecção e aptidões como agricultores até ao seu papel como intermediários raciais e ao seu comportamento social, os colonos caboverdianos foram geralmente um fiasco. Independentemente da questão sobre onde se podia ou devia situar a razão do seu fracasso, a J. P. P. reconheceu a inutilidade da sua inovação e, em 1968, deixou de recrutar novos colonos caboverdianos» (p. 120; 178). Como remate desta parte, G. BENDER salienta que «durante os últimos cinco séculos, e especialmente desde o fim do tráfico transatlântico de escravos, Portugal procurou assegurar a sua hegemonia e desenvolver os sectores rurais de Angola, mediante esquemas de povoamento patrocinados pelo Governo, utilizando camponeses portugueses e trabalhadores sem qualificação. Durante a maior parte deste período, a esmagadora maioria dos colonos proveio dos mais indesejados reclusos

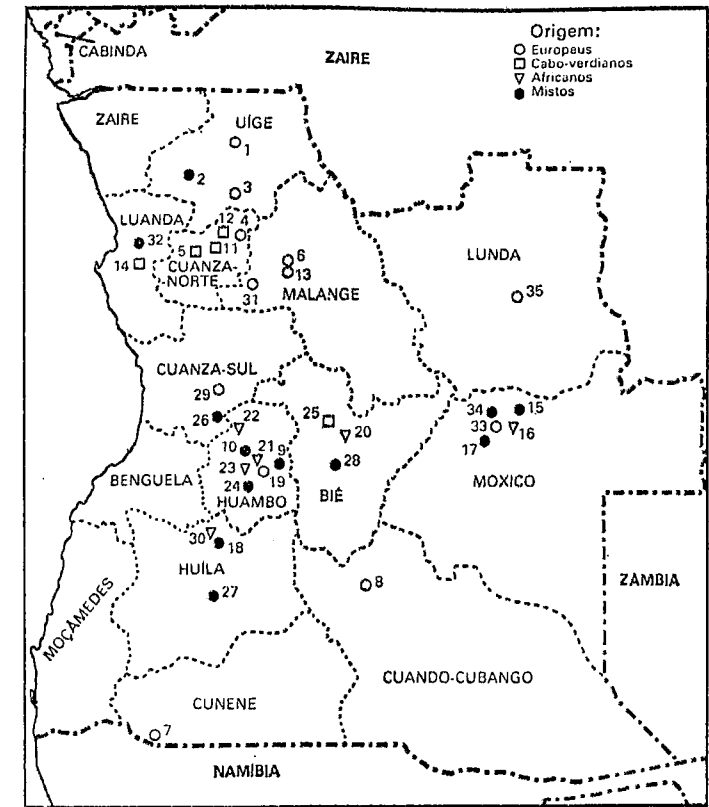


Fig. 1 — Número e origem dos colonos em colonatos planificados.

10 a 30 Colonos	31 a 60 Colonos	61 a 100 Colonos	Abandonados
1. 31 de Janeiro	11. Banga	24. Benfica	31. Cacuso
2. Vale do Loge	12. Bolongongo	25. Sande	32. São Nicolau
3. Negage	13. Cole	26. Pambangala	33. Moxico
4. Luinga	14. Mabuia		34. Luangrico
5. Quilombo dos Dembos	15. Luxia	101 a 300 Colonos	35. Henrique de Carvalho
6. Lutau	16. Caminina	27. Matala	
7. Chitado	17. Sacassange	28. Chicava	
8. Missombo	18. Lossol		
9. Bela Vista	19. São Jorge do Cubango	301 a 600 Colonos	
10. Atuco	20. Missene	29. Cela	
	21. Chinguri	30. Caconda	
	22. Luvemba		
	23. Cachaca		

das prisões portuguesas, (...) que depois do derrube da Primeira República, em 1926, (...) foram substituídos por portugueses livres, cujo nível de instrução e de preparação profissional dificilmente excedia o dos degredados. Com raras excepções, os esquemas de povoamento foram gravosos fracassos económicos e, em muitos casos, o deslocamento de africanos da área ocupada por um colonato originou uma descida real da produtividade rural» (p. 131; 192).

A terceira parte, «A Dominação Racial», divide-se em dois capítulos: o primeiro, «Realidades da missão civilizadora — do fim da escravatura à guerra da independência», e o segundo, «A resposta em tempo de guerra aos civis africanos — o dilema do desenvolvimento *versus* controle». Ao primeiro tema dedica G. BENDER 25 páginas, nas quais analisa as contradições entre a «missão civilizadora e as práticas coloniais concretas, desde o fim da escravatura até à guerra da independência». De uma brevíssima síntese de acontecimentos fundamentais, desde a chegada de Paulo Dias de Novais, em 1575, até às campanhas de pacificação, das primeiras décadas do século actual, o autor passa então a desenvolver os problemas da situação social do indígena, a partir do fim da escravatura e do aparecimento dos contratos de trabalho que eram, na prática, trabalhos forçados, já que as pessoas eram «requisitadas» para as mais variadas tarefas e, quando pagas, o salário era irrisório. O sistema seria «abolido em 1961, depois que os nacionalistas atacaram as plantações de café no Norte, onde se encontrava a maior concentração de contratados em Angola». Outra questão levantada por G. BENDER é a da degradação dos indígenas, provocada pelo alcoolismo. As bebidas alcoólicas foram, durante séculos, uma das principais moedas de troca para a aquisição de escravos e produtos vegetais e animais. Mas também nos últimos anos da administração portuguesa, em certos casos elas continuavam a representar uma parte dos salários pagos aos trabalhadores negros, com todas as consequências negativas bem conhecidas. Mais adiante, o Autor foca as questões dos direitos sobre as terras, levantadas sobretudo pela forma de demarcação de terrenos pelos colonos e empresas europeias, em áreas tradicionalmente ocupadas por populações africanas. Se até ao início do século XX a situação não atingira o carácter de gravidade, pois os portugueses eram poucos e «quase todos eles comungam numa forte aversão à agricultura», o mesmo não aconteceu a partir de 1907, quando se começaram a fazer grandes demarcações ao abrigo de um decreto sobre a delimitação de zonas fixas para uso exclusivo dos africanos. Assim ficou aberto o caminho para a interpretação abusiva e assenhoreamento das chamadas terras não ocupadas, que incluíam os pousios tradicionais da agricultura itinerante africana. As injustiças cometidas originaram levantamentos esporádicos; a acumulação delas foi uma das causas da violência com que deflagrou a guerra, em Março de 1961. Todavia, nem mesmo assim diminuiria a expropriação de terras férteis africanas, pois «no início dos anos setenta houve mais pedidos europeus de terras do que em qualquer outro período da história de Angola» (p. 149; 215).

A acção administrativa do Estado Novo são dedicadas nove páginas, e aí se salienta como, durante o regime salazarista, se reacendeu «o interesse em levar a cabo a *missão histórica* de Portugal, que consistia em transformar os africanos em portugueses». Os africanos foram classificados em *indígenas* (não civilizados, não assimilados ou nativos), o «que incluía todos os africanos e mestiços considerados como não civilizados; e em *não indígenas* (ou civilizados), que abrangia todos os brancos e assimilados (mestiços e africanos tidos como civilizados)». Mais adiante o Autor cita as facilidades dadas aos naturais para terem cidadania igual à dos europeus: «Oficialmente, era possível a qualquer africano ou mestiço ser reconhecido como assimilado (não indígena) e, assim, atingir o mesmo *status* legal que um europeu. No entanto, para se habilitar a tal classificação, o indivíduo tinha de ter 18 anos de idade, demonstrar que sabia ler, escrever e falar português fluentemente, ser trabalhador assalariado, comer, vestir e ter a mesma religião que os portugueses, manter um padrão de vida e de costumes semelhante ao estilo de vida europeu e não ter cadastro na polícia» (p. 150; 216). Tal situação garantia-lhe uma classificação social superior à de indígena, mas não o mesmo vencimento de um branco, pois tanto o sector público como o privado «pagavam aos assimilados salários mais baixos, sob o pretexto de que os salários reflectiam a produtividade diferencial das raças» (p. 150; 216).

Levariam muito tempo as reformas do estatuto social dos não-brancos. É importante notar que em Setembro de 1961, passados apenas seis meses desde o início da guerra, os acontecimentos «haviam suscitado mais reformas no colonialismo português do que todos os protestos ao longo de um século; o indigenato foi revogado, abolindo-se assim a distinção entre cidadãos *civilizados* e *não civilizados*; criaram-se

#### QUADRO IV

População angolana por raça e «*status* civilizacional»  
(1940 e 1950)

Ano	Raça	População total	Total de «civilizados»	Percentagem de «civilizados»
1940	a) Africanos	3 665 829	24 221	0,7
	b) Mestiços	28 035	23 244	82,9
	c) Brancos	44 083	44 083	100,0
1950	a) Africanos	4 036 689	30 089	0,7
	b) Mestiços	29 648	26 335	83,8
	c) Brancos	78 826	78 826	100,0

organismos administrativos africanos locais; coordenaram-se leis consuetudinárias portuguesas e africanas; reformulou-se em termos mais rígidos a regulamentação das concessões e ocupação de terras; e foi abolido o sistema de trabalho forçado não remunerado» (p. 155; 223).

No sexto capítulo, segundo da terceira parte, em 54 páginas G. BENDER faz uma análise da situação político-social durante o período da guerra; segundo ele, a resposta portuguesa foi uma «mescla de violência e de reformas». Depois do Norte (UPA/FNLA), a frente alargou-se ao Leste (MPLA e UNITA), reconhecendo muitos funcionários civis e militares que, de um modo geral, os africanos tinham razões suficientes para se mostrarem hostis ao colonialismo que os oprimia durante séculos.

A fim de contrariar as adesões ou, pelo menos, os auxílios que a população rural de certas áreas podia oferecer a qualquer dos movimentos nacionalistas, a administração portuguesa procurava concentrar os «africanos rurais em vastos aldeamentos, vigiados e/ou guardados pelo exército com a ajuda da PIDE/DGS, inibindo assim a cooperação africana civil com os nacionalistas. Uma vez *seguros* os africanos rurais nos aldeamentos, afirmavam, poderiam levar-se a cabo programas de desenvolvimento» (p. 156-157; 226). Inicialmente só no Norte e no Leste, contudo a construção de aldeamentos para o reordenamento estratégico das populações atingiu também o Centro e o Sul. Cifrava-se em mais de um milhão os camponeses que, no fim da guerra de independência, se encontravam deslocados das suas terras e concentrados em aldeamentos onde a falta de condições e o rigor da vigilância acabavam por alimentar a insurreição que se pretendia extinguir. Em catorze pontos, o Autor descreve os efeitos negativos que tais agrupamentos e aldeamentos tiveram em Angola, com destaque para os pontos de vista económico (o abandono de terras, geralmente as mais férteis), sanitário (populações mal alimentadas e com graves carências higiénicas) e sociais (alteração coerciva dos padrões de comportamento). Conclui afirmando que «quando se destroem as estruturas sociais e económicas tradicionais, segue-se inevitavelmente a agitação social e o domínio económico, a não ser que o regime consiga efectivamente fornecer novas estruturas para facilitar a transição e a integração dos camponeses numa sociedade mais ampla» (p. 196; 279).

Na quarta parte, em conclusão, é analisada a realidade da raça em Angola, tentando o Autor esclarecer porque é que «durante séculos os escritores portugueses e estrangeiros publicaram concepções opostas das relações de raça em Angola», já que «os bem documentados argumentos de quantos condenavam o colonialismo português eram tão diametralmente opostos ao igualmente bem documentado ponto de vista português que a sua referência à mesma situação é, de facto, notável. Como se explica que tantos escritores tenham sinceramente acreditado que os portugueses em Angola eram isentos de racismo, enquanto muitos outros os consideravam pelo menos tão racistas como qualquer outro colonizador europeu?» (p. 199; 283). G. BENDER afirma então que as

teses portuguesas são, no geral, pouco fundamentadas, resultantes de estudos empíricos em que «a maior parte das discussões em torno de questões raciais (por exemplo, discriminação, preconceito, conflito, harmonia, etc.) são ofuscadas por incompreensões que provêm de diferentes experiências, pressupostos valores e conhecimentos dos observadores» (p. 199; 283). Para o Autor, a inexistência de leis racistas ou de privilégios raciais separados não indicam, só por si, a ausência de segregação racial, pois no caso angolano, mesmo a partir de 1961, a integração racial era, quando muito, mínima. Apesar da boa vontade dos textos legais, as condições sociais de base eram diferentes, e, como a distribuição das riquezas contemplava praticamente só os brancos, havia barreiras de classe que afastavam a maioria africana da frequência de certos bastiões europeus, como os melhores bairros residenciais, os clubes sociais de certo nível, as escolas particulares mais caras, alguns postos de trabalho, etc. A existência de assimilados e de brancos a viverem nos musseques de Luanda, tantas vezes citados como a prova da inexistência de problemas raciais, mas, pelo contrário, de integração, é para G. BENDER pura utopia, pois os primeiros eram escassíssimos e os segundos, se bem que alguns milhares, eram, na quase totalidade, comerciantes cuja vida não se fazia integrada na comunidade negra, mas em paralelo, já que deles dependiam. Quando no Verão de 1974, «alguns brancos (...) recorreram aos antigos padrões de afirmação do seu domínio em tempos de crise, atacando os africanos que viviam nos musseques», aquele singular testemunho da integração portuguesa logo se desvaneceu. Tanto os europeus como os cabo-verdianos acabariam por abandonar os musseques.

Referências ao desenvolvimento e manutenção das atitudes portuguesas face aos africanos, com várias citações de investigadores dos domínios das ciências sociais e antropológicas, e uma perspectiva final sobre os brancos da Angola colonial (em 1950, 44,2 % eram analfabetos e dos 59 380 imigrantes entrados entre 1965 e 1972, com sete ou mais anos de idade, 55,7 % não tinham nenhum ano de escolaridade), levam o Autor a afirmar que «as bases educacionais e ocupacionais dos colonos portugueses em Angola mostram claramente que, depois de cinco séculos, Portugal continuava dependente da sua classe mais baixa para o ímpeto da colonização de Angola: o mesmo *petit blanc*, que tradicionalmente manifesta o mais virulento racismo branco nas sociedades multirraciais pelo mundo fora. A única diferença foi que o *petit blanc* de Angola constituía uma proporção significativamente maior em toda a população branca do que acontecera noutras partes de África» (p. 233; 329).

Apresentamos, em traços gerais, o conteúdo denso de um livro que, decerto, foi escrito para causar polémica, sobretudo se tivermos em conta que são demasiado recentes os acontecimentos da descolonização, que se trata de uma das raras teses de doutoramento sobre tal matéria, que ainda continuam enraizadas em muitos espíritos as idéias luso-tropicalistas de G. FREYRE. Em certos pontos o Autor poderia ter escolhido e avaliado melhor os exemplos, poderia ter evitado generali-

zações a partir de casos pontuais, que tornaram demasiado parcial a interpretação científica dos problemas abordados. Porém, nada disso diminui a importância e o interesse do livro.

*ANTÓNIO COSTA*